

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

---

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2016 e 2017.

---

*Título:* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras  
Tomo XLV

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

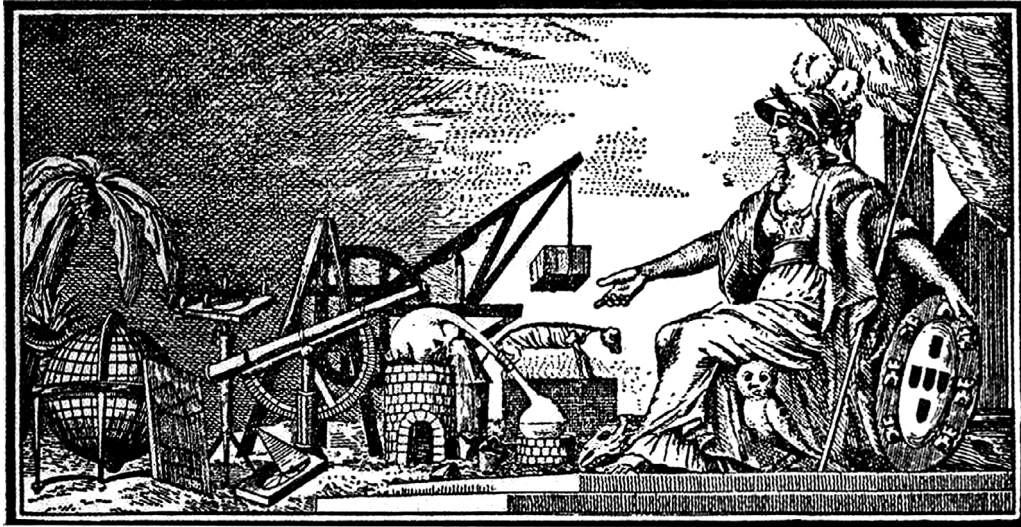
*Impressão:* Gráfica 99

*Data de impressão:* 2024

*ISSN:* 0378-116X

*Depósito legal:* 61370/92

*DOI:* <https://doi.org/10.58164/8hva-zf52>



## Os anos incendiários: uma narrativa cruzada

MANUEL VILLAVERDE CABRAL

*E a vida era a guerra civil a todas as esquinas...*

ÁLVARO DE CAMPOS<sup>1</sup>

Os “anos incendiários” foram, para o futurista italiano Alberto Viviani, esse período que vai de 1913 até 1915 durante o qual o seu grupo de agitadores culturais se reunia no café Giubbe Rosse em Florença<sup>2</sup>. Por sua vez, para Eduardo Lourenço, o mais “incendiário” da obra de Fernando Pessoa “já está

---

<sup>1</sup> *A passagem das horas*, datado de 1915–1916, in Cleonice Berardinelli, Edição Crítica de FP (Lisboa, 1988), p. 31.

<sup>2</sup> Viviani, A., *Giubbe Rosse. Il caffè fiorentino dei futuristi negli anni incendiari, 1913–1915* ([1933], 3.ª ed., Firenze, Valecchi, 1983).

todo incluído no período de 1913-1917”.<sup>3</sup> Para melhor captar o ano milagroso de 1915 em que nasceu *Orpheu*, temos pois de abrir o leque da narrativa desse incêndio que percorreu a Europa do tempo, incluindo Portugal, aos anos anteriores e posteriores.

Com efeito, mal adivinhavam Marinetti e os seus companheiros do “Manifesto Futurista”, quando clamavam em 1909 pela “higiene da guerra”, que as grandes potências da época — desde a Grã-Bretanha, a França e a Rússia à Alemanha e à Áustria — responderiam dentro de pouco mais de cinco anos, com “violência arrebatadora e incendiária”, conforme se escrevia premonitoriamente no “Manifesto Futurista”, aos seus votos de glorificação bélica. Assim foi esfacelado o mundo pela Primeira Guerra Mundial, a qual se prolongaria durante mais de quatro anos desde Agosto de 1914 até Novembro de 1918. A Itália, graças entre tantos factores às apóstrofes de Marinetti e às de Mussolini, entraria na dança macabra da guerra em 1916 e os portugueses chegariam à Flandres no início de 1917.

A guerra mundial é o pano de fundo de todas as outras guerras: a social, a política, a estética. E em cada país houve as suas guerras e revoluções: umas politizando a arte e, para os modernistas, a arte estetizando a política; ou melhor ainda, como Pessoa enunciou graficamente: “A política é uma forma subalterna da arte”. Ora, na altura em que rebentava a guerra e Portugal era levado *nolens volens* a intervir militarmente em África — em Moçambique primeiro, onde enfrentou ingloriamente o lendário General von Lettow<sup>4</sup>, e logo a seguir em Angola — sem, no entanto, ousar declarar guerra à Alemanha<sup>5</sup>, nessa altura já Fernando Pessoa se havia antecipado ao conflito mundial para romper com o saudosismo decadentista d’A *Águia* e para criar a sua galáxia de heterónimos sensacionistas.

---

<sup>3</sup> Lourenço, E., *Fernando Pessoa revisitado. Leitura estruturante do Drama em Gente*, Porto, Inova, 1973, p. 156).

<sup>4</sup> Cértima, A., *A epopeia maldita: o drama da Guerra de África*, 1925. Em comentário publicado no próprio livro daquele oficial subalterno então no norte de Moçambique, escrevia o General Gomes da Costa: “O que se passa em África foi o mesmo que se passou em França, apenas com a diferença de nesta se não sentiram privações, graças à administração britânica; porque se estivessemos entregues a nós mesmos, a catástrofe teria sido horrorosa”!

<sup>5</sup> Arrifes, M., *A 1.ª Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique, 1914-1918*, Lisboa, Edições Cosmos, 2004.

E ainda antes de Marinetti haver “adivinhado o futuro”, desde 1907 que Portugal se tornara esse país onde “a vida era a guerra civil a todas as esquinas”. Primeiro, um ditador tomava o poder: João Franco, em 1907, certamente um dos primeiros governantes da Europa ocidental a tentar encontrar uma nova fórmula política para além do “crepúsculo do Estado liberal”<sup>6</sup>; no ano seguinte, os adversários desse ditador assassinavam o rei e o príncipe herdeiro no regicídio de 1908; e por fim, em Outubro de 1910, os carbonários acabavam em dois ou três dias com oito séculos de monarquia. Dirigia-os um tenente da administração naval, António Maria Machado Santos<sup>7</sup>, cuja trajectória “intransigente”, como designou o seu jornal de agitação, o levou a combater sem cessar a facção dita democrática do “tri-partido republicano”, até ser assassinado, provavelmente por apoiantes desses “democráticos”, na ignominiosa “noite sangrenta” de 19 de Outubro de 1921. Machado Santos surgirá mais de uma vez nesta célere e violenta narrativa.

À proclamação da República, que Fernando Pessoa saudou ao seu modo muito especial para anunciar a vinda do “novo Camões”, ele próprio<sup>8</sup>, seguiram-se, pois, as lutas fratricidas que atingem o auge precisamente entre 1915 e 1917–1918. Simultaneamente, durante quase uma década, a precoce república portuguesa foi perseguida pela guerrilha monárquica, de início tímida em 1911–1912 e com a qual Pessoa ironizava. O certo, porém, é que chegou a abalar-se ao poder no final da Grande Guerra. Logo após o assassinato de Sidónio Pais (Dezembro de 1918), cujo carisma fôra saudado por Pessoa e vários dos de *Orpheu*, os monárquicos ainda estabeleceram o seu curto “Reino da Traulitânia” no Porto mas as pretensões da restauração foram finalmente esmagadas em Monsanto (Lisboa, 1919).

Mas não aceleremos. Entretanto, a procela prosseguiria — com ondas cada vez mais encapeladas — desde a Península Ibérica até à Rússia, no outro confim da Europa, onde o futuro criado pelos artistas e escritores se antecipa uma vez mais à própria revolução, segundo o dito atribuído ao pintor Vladimir Tatlin, ao

---

<sup>6</sup> Segundo a teoria elitista de Gaetano Mosca (*Il Tramonto dello stato liberale*, a cura di A. Lombardo, Catania: Bonanno editore, 1971, p. 105-111); ver também Pessoa, F., “Opinião Pública”, *Acção*, n.º 2, 1918, onde recusa o sufrágio popular como solução política.

<sup>7</sup> *A revolução portuguesa, 1907–1910: relatório de Machado Santos*. Lisboa, Papelaria e Typ. Liberty, 1911.

<sup>8</sup> “A Nova Poesia Portuguesa” (*A Águia*, 1912).

saudar Lenine em 1917 por “ter feito em política o que os modernistas e futuristas teriam já feito em arte”! Foi nessa incerteza quase diária que cresceram e chegaram à idade adulta Fernando Pessoa, cabeça pensante da galáxia estética, que desembarcara definitivamente em Lisboa em 1905 com 17 anos, depois de passar a infância e a adolescência na África do Sul; José de Almada Negreiros, outro filho das “malhas que o império tece”, nascido em S. Tomé; e como eles, Mário de Sá-Carneiro, Amadeo de Souza-Cardoso, Guilherme de Santa-Rita, José Pacheco, Raul Leal e todos os demais que os acompanhariam, enquanto viveram, durante as décadas seguintes. É impossível, portanto, não ligar estes anos incendiários de ameaças e mudanças permanentes à vertigem vanguardista que eles sentiram, como os seus pares no resto da Europa, perante o advento e a difusão do modernismo literário e artístico.

São coincidências a mais para admitir que *Orpheu* nasceu em 1915 já adulto e armado como Minerva. Nesse ano, foram publicados os dois números no primeiro semestre e, embora já estivesse impresso o terceiro número, este não chegou a sair, pois faltou o apoio financeiro prometido pelo pai de Sá-Carneiro, a não ser que este recuo perante o financiamento se tenha devido ao “escândalo” provocado pelos primeiros números...

Com efeito, é puro mito dos “brandos costumes” nacionais sugerir que a “pacata e ingénua Lisboa de 1915” havia sido “agredida” por *Orpheu*,<sup>9</sup> quando, poucas semanas depois de a revista sair, Lisboa experimentava o primeiro grande recontro armado entre republicanos no famoso “14 de Maio”. Aí se enfrentaram militares, “revolucionários civis” e a “formiga branca”, a mal-afamada “polícia secreta” do partido de Afonso Costa, desde muito cedo denunciada por combatentes de 1910 como esses Lamas e Franklin em cuja tipografia era impresso o “Intransigente” de Machado Santos. Tudo se ligava na dilacerada Lisboa de então! A batalha campal terá custado mais de 200 mortes e mil feridos a tiro, bem como vários atentados fatais ou quase contra outros tantos políticos conhecidos, com a luta entre “guerristas” e “anti-guerristas” ao rubro<sup>10</sup>. Dias depois, em 3 de Julho, Afonso Costa teria tido tanto receio de um atentado que se atirou de um eléctrico em andamento e ia morrendo da queda, provocando comentários jocosos da parte de Fernando Pessoa!

---

<sup>9</sup> Lourenço, E., *Pessoa revisitado...*, INOVA, 1973, p. 132.

<sup>10</sup> Pereira, C., *Os crimes da Formiga Branca*, Lamas & Franklin, 1915.

Essa visão de uma Lisboa “pacata e ingénua” é, pois, muito enganadora perante a radicalidade com que Almada Negreiros tinha “interseccio[nado] evidentes aspectos da desorganização e descarácter lisboetas” na novela *A Engomadeira*, escrita em Janeiro do mesmo ano, assim como perante a violência incontida dessa “Cena do Ódio”, onde Almada inscreveu: “A Álvaro de Campos com a dedicação intensa de todos os meus avatares, foi escrita durante os três dias e as três noites que durou a revolução de 14 de Maio de 1915”. E também não é lícito esquecer que Pessoa nunca economizou diatribes poéticas contra militantes de qualquer tendência humanitária: “Coitado do Álvaro de Campos/.../Deu hoje, num gesto largo, liberal e moscovita,/tudo quanto tinha na algibeira em que tinha pouco/.../Merda! Sou lúcido”.

Do que se tratava então no “14 de Maio”, que ficou como o mais mortífero recontro de vinte anos de enfrentamentos políticos e sociais desde 1907 a 1927? Tratava-se de derrubar o general Pimenta de Castro, designado momentâneo ditador poucos meses antes pelo Presidente da República, o republicano de sempre Manuel de Arriaga, na sequência do “movimento das espadas” promovido em Janeiro (21) por um vasto grupo de oficiais, com o apoio imediato de Machado Santos, contra a depuração política do Exército e as pressões belicistas do governo afonsista<sup>11</sup>. E assim foi: Pimenta de Castro e o “fundador da República”, como era conhecido Machado Santos, foram presos e Arriaga demitiu-se rapidamente, sendo substituído pelo fiel Teófilo Braga. Isto, para a crónica!

Ora, apesar de Fernando Pessoa ter começado por se opor a Pimenta de Castro<sup>12</sup>, a verdade é que a publicação de *Orpheu*, se não beneficiou dela, enquadra-se dia por dia na guinada política conservadora da “afrontosa ditadura”, a qual amnistiou presos políticos e proibiu o empastelamento de jornais oposicionistas, protegendo desse modo os monárquicos, mas também os chamados “presos sociais” ligados ao sindicalismo revolucionário, já então militantemente opostos ao regime monopolizado pela facção de Afonso Costa...

---

<sup>11</sup> Pimenta de Castro, J., *A afrontosa ditadura*, Weimar, 1916; Navarro, B., *Governo de Pimenta de Castro... Assembleia da República*, 2011.

<sup>12</sup> Pessoa, F., “O preconceito da ordem”, *Eh Real* (13-5-1915), edição facsimilada com apresentação de M. V. Cabral (pp.V-XV), Lisboa, Contexto, 1983.

O que se passou com *Orpheu* neste contexto belicoso sucedeu, igualmente, com a revista lançada pelo ultra-conservador Homem Cristo Filho, que publica então uma *Ideia Nacional* inspirada pelos nacionalistas italianos Corradini e Federzoni, futuros dirigentes fascistas, e na qual Almada Negreiros colaborou assiduamente de início, chegando a revista a contar com declarações de apoio do próprio Pessoa, assim como de Salazar e Cerejeira aliás... Todos os actores se iam perfilando mas ainda de forma vacilante, como se vê! A primeira série da *Ideia Nacional* contou 18 números mas soçobrou com o 14 de Maio, só reaparecendo em 1916<sup>13</sup>. Homem Cristo Filho aproxima-se cada vez mais dos Integralistas Lusitanos e demarca-se com deliberada brusquidão do futurismo proclamado por Santa-Rita.

Entretanto, os Integralistas aproveitam também o recuo momentâneo dos “afonsistas” para lançar as primeiras conferências públicas do seu movimento inspirado por Charles Maurras na Liga Naval. Tais conferências tinham por centro das suas preocupações a guerra e as eventuais veleidades espanholas sobre os territórios portugueses, mas serão também interrompidas pelo golpe de 15 de Maio<sup>14</sup>. Deste último, ficará a exacerbada representação da sociedade urbana da época dada por Almada na *Cena do Ódio*: „Tu arreganhas os dentes quando te falam d’Orpheu/.../E inda eu hoje vivo no século XX/a ver desfilar burgueses trezentas e sessenta e cinco vezes ao ano/.../Larga a cidade!/.../Larga a cidade e foge!/.../Mas larga tudo primeiro, ouviste?/Larga tudo!”<sup>15</sup>

Assim, naquele curto interregno do poder afonsista durante os escassos meses da “afrontosa ditadura”, *Orpheu* surge ao mesmo tempo que alguns dos principais ramos pensantes — a *Ideia Nacional* e o Integralismo Lusitano — da crescente movimentação política que viria a constituir essa constelação autoritária que por fim derrubou a república parlamentar em 28 de Maio de 1926. Na guerrilha lisboeta da época, toda a gente se conhecia e a prova é que alguns “dos d’Orpheu” chegaram mesmo a colaborar e depois a brigar, como vimos, com Homem Cristo Filho, como o responsável gráfico José Pacheco. Já com o

---

<sup>13</sup> Barreira, C., *Nacionalismo e modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1981; Cabral, A *estética do nacionalismo*, 1889.

<sup>14</sup> *Questão Ibérica*, 1916 ...; Navarro, B. J., p. 172.

<sup>15</sup> Era para sair no 3.º número de *Orpheu*, mas acabou por apenas ser publicada muito depois na *Contemporânea*.

reacionarismo estético e cultural do Integralismo, a distância era completa, mas foi recorrente o diálogo mental que Pessoa manteve com o movimento até ao fim da vida, como quando escrevia: “A tese do Prof. Salazar é um apanhado, aliás muito lúcido e lógico de princípios políticos já conhecidos — os da chamada “contra-revolução”, ou seja os que distinguem e definem as doutrinas dos chamados integralistas”<sup>16</sup>.

Mais tarde, quando se debruçou numa nota sobre “O sentido do Sidonismo”, Pessoa pôs pela ordem certa “as três tentativas para fazer governar as classes médias — João Franco, Pimenta de Castro e Sidónio Pais”, as quais “acabaram, duas por um crime [Franco caiu quando foi cometido o regicídio; a segunda vítima de um crime foi Sidónio], e outra pela mais antinacional das revoluções portuguesas”<sup>17</sup>, ou seja, esse 14 de Maio de 1915, que assim fica retrospectivamente ligado de algum modo a *Orpheu* e prospectivamente ao Estado Novo. Suspenso o projecto da revista pelas razões que narrámos, ele irá contudo ressurgir, depurado e revigorado, liberto do lastro simbolista e decadentista, com o *Portugal Futurista*, cuja concepção coube a Santa-Rita, abrindo-se estão um espaço inédito mas sem continuação às artes plásticas.

Seria, pois, um enorme equívoco separar a revolução estética da agitação social e política. Pelo contrário, essa relação não cessaria de se intensificar e, à medida que cresciam os conflitos entre as classes sociais, as ideologias políticas e os grupos partidários, mais radicais se tornavam as propostas estéticas, como virá a suceder em 1917, o ano de todos os milagres: primeiro Fátima em Maio; depois, Novembro, o ressurgimento do grupo mais avançado do que nunca com o *Portugal Futurista*, cuja anunciada tiragem de uns duvidosos 10 000 exemplares desapareceu virtualmente à ordem da alegada “censura de guerra” dias antes de surgir, em Dezembro, Sidónio Pais!

Entretanto, Sá-Carneiro havia-se suicidado em 1916 por “não ter resistido à violência do seu caso pessoal”, como dizia Almada. Para Pessoa, “o Sá-Carneiro não teve biografia: teve só génio. O que disse foi o que viveu”<sup>18</sup>. Logo a seguir, seriam Santa-Rita e Souza-Cardoso a morrer, o primeiro de tuberculose e o

---

<sup>16</sup> Pessoa, F., in Joel Serrão (introd. e org.), *Da República (1910–1935)*, Lisboa: Ática, 1979, p. 376.

<sup>17</sup> Pessoa, F., “O sentido do Sidonismo”, in Serrão, *op.cit.*, p. 251.

<sup>18</sup> Pessoa, F., *Cartas a João Gaspar Simões*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1957, p. 47.

segundo da epidemia que matou então o dobro das pessoas de um ano normal, o que ajuda a entender o carisma conquistado por Sidónio ao visitar os hospitais e ao debruçar-se sobre os moribundos em 1918...<sup>19</sup> Seja como for, o trio dos pintores modernistas ficava assim reduzido a Almada Negreiros mais algumas figuras menores que entretanto se perderão pelos caminhos do SPN e do SNI durante o Estado Novo.

Noutro registo paralelo mas incomensurável, Machado Santos extraía da experiência do 14 de Maio a base para a sua dupla teorização: por um lado, constatava o falhanço do parlamentarismo republicano na sequência do constitucionalismo monárquico, no que concordava aliás com Pessoa; por outro lado, rendia-se como este último à necessidade de um regime com “legitimidade e continuidade nacional”, como Pessoa aponta nessa subtil análise política, infelizmente inacabada, que é “Na farmácia do Evaristo”<sup>20</sup>. Machado Santos surge assim, paradoxalmente, como o membro mais radical da ala mais conservadora do republicanismo, vindo a inspirar directamente o presidencialismo carismático de Sidónio Pais,<sup>21</sup> um pouco à maneira do Basílio Teles da revolução contra a monarquia e contra o Ultimato de 1890, cujo eco ressoa aliás nos novos “últimos” de Pessoa e Almada. Por fim, Machado Santos estendia o braço forte ao movimento operário ascendente, enquanto os anarco-sindicalistas não romperam com ele e com Sidónio.

No seu opúsculo de 1916, colocado sob o desígnio da “ordem pública” perante a guerrilha política e social permanente, à qual se viria a acrescentar o envolvimento de Portugal na frente da Flandres, Machado Santos apela à reconciliação entre republicanos, monárquicos, católicos e sindicalistas sob a égide de uma constelação política nacional-autoritária, que muito em breve mostraria a sua face antecipadamente fascizante, com a tomada do poder de Sidónio Pais e do plebiscito que o elegeu presidente da República com participação maciça, mas sem oponentes: o “presidente-rei” de Pessoa.

Portugal está por fim em guerra na Europa, como sempre haviam desejado os

---

<sup>19</sup> Sobral, J. M. et al., *A Epidemia Esquecida...*, Lisboa, ICS.

<sup>20</sup> Pessoa, F., “Na farmácia do Evaristo”, in J. Serrão, *op. cit.*, pp. 271-294, nomeadamente pp. 293-294.

<sup>21</sup> Machado Santos, *A ordem pública e o 14 de Maio*. Lisboa, Papelaria e Tip. Liberty/Lamas & Franklin, 1916. Ver em especial o “Projecto de Estatuto Nacional” (pp. 104-116), nomeadamente o Título III – Secção 1.ª, que consagraria um regime presidencialista inspirado dos Estados Unidos e a eleição directa do Presidente por sufrágio universal (masculino, supõe-se).

“democráticos”, a fim de garantir a integridade dos territórios africanos cobiçados pela Alemanha e, simultaneamente, para forçar uma “união sagrada” que permitisse aos “democráticos” manter a hegemonia partidária no país. Se o primeiro objectivo — por assim dizer, diplomático, dependente portanto da Inglaterra — foi atingido de facto, embora à custa de perdas desastrosas e de uma dívida de guerra que acabaria por levar à tomada do poder por Salazar, já o objectivo político da “união sagrada” foi de breve duração e cairia, primeiro, diante de Sidónio, até por causa do recrutamento e das baixas na Flandres que dividiram ainda mais a sociedade portuguesa, e depois perante a coligação autoritária, temporariamente falhada em 1925 (18 de Abril) e finalmente bem-sucedida em 1926 (28 de Maio), por causa, entre os mil e um factores de que temos falado, daquilo a que Salazar aludira premonitoriamente: “Nós teremos a guerra quando a paz começar”.

Na sequência do apresamento dos 70 navios alemães e 2 austríacos surtos no Tejo desde Agosto de 1914, feito a pedido da Inglaterra em Fevereiro de 1916 por falta de tonelagem para resistir à guerra submarina alemã, foi a Alemanha que abriu oficialmente as hostilidades, às quais Portugal respondeu morosamente com a preparação do famoso Corpo Expedicionário Português que partiria por fim no início de 1917 e viria a mobilizar, além dos 30 000 homens já recrutados na metrópole e nas colónias para as frentes africanas, mais 50 000 para as mortíferas trincheiras da Flandres, dos quais a maioria morreria, seria aprisionada, ficaria ferida ou “desapareceria” com a hecatombe do 9 de Abril na “batalha de La Lys”. Mas não foram poucos os que se negariam a combater em motins sucessivamente registados pela imprensa apesar da censura.

Curiosamente, dos vanguardistas portugueses, muitos dos quais frequentaram Paris antes e depois da guerra, nenhum foi mobilizado. Ao invés, o refúgio em Portugal de um casal como Sonia e Robert Delaunay junto de Amadeo e dos seus companheiros conferiu ao mundo artístico português um pequeno cheiro de cosmopolitismo, algo equivalente às estadias de Homem Cristo Filho em Paris e em Itália, onde fez campanha por Mussolini já depois de finda a guerra. A verdadeira literatura de guerra ficou assim a cargo dos militares, como o comandante do CEP, Gomes da Costa, futuro líder do movimento de 28 de Maio de 1926 já citado; e sobretudo esse verdadeiro precursor do fascismo à portuguesa,

o coronel Ferreira do Amaral<sup>22</sup>, futuro chefe da polícia e objecto de um célebre atentado falhado por parte da “Legião Vermelha”. Nessa mesma sequência que liga, como em Itália, uma guerra mortífera e uma vitória sem exaltação à ascensão do movimento autoritário, quem desenhou o perfil de Salazar como ditador, antes mesmo de este ressurgir em Abril de 1928, foi um ideólogo fascizante de talento como António de Cértima, ele próprio autor modernista, já citado a propósito da guerra em Moçambique!<sup>23</sup>

Com a guerra europeia, convergem — por vezes subterraneamente, sem articulação explícita nem qualquer teorização explícita — os vários movimentos que temos vindo a evocar, desde o político ao militar, passando pelo artístico, aos quais a simples consulta da cronologia obriga a acrescentar o movimento social, de que o operariado lisboeta e os rurais alentejanos, assim como o sindicalismo revolucionário enquanto discurso, serão as expressões mais organizadas e porventura mais genuínas<sup>24</sup>. Na ordem do social, o que marca crescentemente o período da guerra e pós-guerra é, na linguagem da época, a “carestia da vida” ou, como preferia a classe política, a “crise das subsistências”, também apresentada como o “problema dos abastecimentos”, nomes com que foram baptizados na época por sucessivos órgãos governamentais, desde ministérios a comissariados.

Não que o movimento proletário não tivesse alguma autonomia, como demonstrou ter antes mesmo da implantação da República, mas é exacto que a movimentação social vai ser ditada pela falta de bens alimentares, sobretudo o pão, que chegava a representar 25% ou mais das despesas dos trabalhadores das cidades. Algo equivalente acontecia igualmente com os alugueres de casa, referidos como a “questão do inquilinato”, cuja expressão pública eram os despejos dos proletários sem dinheiro para pagar as rendas e a comoção que isso provocava nas ruas, essas mesmas que Pessoa evoca futuristicamente no final d’*A Passagem das Horas*...

Com a guerra e a falta de transportes, sobretudo na capital, onde era preciso importar do estrangeiro uma grande parte dos géneros alimentares, a

---

<sup>22</sup> Ferreira do Amaral, *A verdade da Flandres... e o medo*, 1922.

<sup>23</sup> Cértima, A., *O ditador*, 1926.

<sup>24</sup> Cabral, M. V., *Portugal na alvorada do século XX...*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979.

especulação e o açambarcamento transformavam os comerciantes e dos merceeiros, com razão ou sem ela, nos bodes expiatórios dos levantamentos contra os “lucros de guerra” e dos assaltos que faziam frequentemente correr o vinho e o azeite, alegadamente escondidos nos fundos das lojas, pelas calçadas abaixo! Esses motins provocavam por sua vez a intervenção policial e causaram dezenas de mortes de cada vez, nalgumas ocasiões durante semanas épicas como a da “revolta da batata” em Maio de 1917<sup>25</sup>, praticamente ao mesmo tempo que se dizia que Nossa Senhora aparecera aos pastorinhos na Cova da Iria...

O mais célebre comissário na luta contra o açambarcamento — hesita-se em empregar o conceito de “populismo” a este propósito, mas é de algo muito semelhante que se trata politicamente — foi o jovem Júlio Botelho Moniz, então membro dessa facção de tenentes do exército que apoiaram entusiasticamente a ditadura de Sidónio. Até lhe serem retiradas as funções, Botelho Moniz era ovacionado quando abria as mercearias ao “povo” e levava os lojistas para o calabouço sob a acusação de açambarcadores, que muitos eram mesmo... Este confronto permanente em volta do preço do pão era, frequentemente, acompanhado de greves industriais ou oficiais mais ou menos generalizadas e em torno das quais as mulheres e os proletários da rua, sem representação corporativa, se juntavam para defender os seus interesses imediatos.

Foi o que aconteceu logo no início da “ditadura” de Pimenta de Castro, que cedeu aos protestos contra o aumento do preço do pão, criando essa pressão que acabou por levar à fixação oficial do chamado “pão político”. Na verdade, compreende-se melhor a importância crucial da economia política do pão<sup>26</sup> e mede-se a força da movimentação social urbana da época pelo facto de o regime do “pão político” só ter sido abolido de vez por um decreto de 16 de Agosto de 1923, data em que, segundo a crónica, os manifestantes protestavam aos gritos de “Viva Sidónio!” misturados com o cântico de “A Internacional”, seguindo-se uma série de greves de protesto que só acabaria no fim do mês...

À espreita, no seu refúgio da Universidade de Coimbra, onde os republicanos já lhe tinham movido um processo assim como a outros docentes universitários, estava Salazar. Com efeito, por esta altura, ele tinha publicado nada mais, nada

---

<sup>25</sup> Valente, V. P., “A revolução da batata...”, *Análise Social*...

<sup>26</sup> Cabral, M. V., “The ideology of the land...” (A publicar).

menos do que os dois estudos mais importantes sobre a questão do pão e dos abastecimentos em geral. Aí ligava ele, sem imaginar talvez que estava a preparar-se para as suas futuras tarefas políticas, as múltiplas manifestações do fenómeno das subsistências, desde a produção de trigo ao consumo de pão, com os problemas financeiros do país e a ameaça das requisições de géneros alimentares à coesão social entre o campo e a cidade, assim como o formato político a dar a Portugal em função da explosão da inflação e da dívida de guerra<sup>27</sup>.

Vamos a caminho do final de 1917. Nesse ano, sobrepuseram-se às lutas civis intestinas da pretensa política constitucional portuguesa as pressões cada vez mais fortes da sangrenta e interminável guerra das trincheiras europeias, assim como das deserções e levantamentos dos soldados totalmente impreparados para aquilo; a inflação e a dívida de guerra galopavam à frente das débeis finanças nacionais; repetiam-se e agravavam-se as greves e motins contra a carestia; e por fim, o solo da sociedade era rasgado pelo ressurgimento popular de um novo catolicismo incarnado pelo “milagre de Fátima”, que opunha o campo à cidade e a crença divina à revolução social.

O sidonismo, recebido com um misto de esperança e entusiasmo, iria desfazer-se no espaço de um ano com o assassinato do líder carismático menos de um mês após o armistício, perante aquela avalanche de crises que se agravavam umas às outras. O novo regime improvisado procurou, pois, gerir os vários polos da sociedade: os grandes interesses políticos e económicos; as pressões militares; as exigências dos movimentos e grupos organizados; e por fim essa fé de Fátima que começava, ela também, a organizar os seus crentes através da articulação política cada vez mais aberta da extrema-direita conservadora, não só dos Integralistas e nacionalistas encobertos pelo regime de Sidónio, assim como o moderado mas pertinaz Centro Católico, recomposto sob a liderança de Lino Netto, que procurará — com ajuda de Salazar entre outros — ultrapassar os pruridos monárquicos e abrir espaço político na república ao nacionalismo católico conservador, como viria a suceder.

---

<sup>27</sup> Salazar, A. O., *A questão cerealífera: o trigo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916; Salazar, A. O., “A crise das subsistências”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 1917–1918, pp. 272–345. Ver também M. C. Cabral (org.), *Materiais para a história da da questão agrária em Portugal*, sécs. XIX–XX, Porto, Inova, 1974.

Entretanto, começam a espalhar-se as notícias da revolução russa, primeiro a de Fevereiro e depois, mais grave, a de Outubro. Em 1919, sobre as cinzas quentes do populismo autoritário, ao mesmo tempo que o movimento operário tradicional caminhava em direcção à constituição da Confederação Geral do Trabalho e ao lançamento da *Batalha* em 1919, os simpatizantes da revolução russa lançariam também o seu veículo, a *Bandeira Vermelha* e, em 1921, surgiria um embrião de partido comunista. Sidónio perde entretanto o controle da repressão política com episódios de ódio extremo como a chamada “leva da morte” (16 de Outubro de 1918), em que são assassinadas figuras gradas do afonsismo levadas sob escola policial, e as violências praticadas pela polícia no Norte, que obrigaram Sidónio a intervir sem grande resultado. Estamos diante do início dessa “guerra civil europeia” de que fala Ernst Nolte<sup>28</sup>, que não é feita exclusivamente do grande conflito entre o nazismo e o bolchevismo, contabilizando a crónica da época 27 golpes de estado vitoriosos na Europa só entre Fevereiro de 1917 e Outubro de 1920...

Ora, quando Sidónio encabeça por fim as vagas cruzadas de revolta e de esperança que varriam o país no final de 1917, é conhecida a forma quasi-mística como Fernando Pessoa reconhece o improvável carisma do professor de matemática, antigo ministro das finanças e até há pouco embaixador em Berlim. Basta recordar o poema que dedicou *À memória do Presidente-Rei* (1920), assim como o episódio de 1919 em que Pessoa surge a distribuir o número da *Acção* com um retrato de Sidónio a todo tamanho da capa e onde ele próprio havia inscrito a famosa citação do *Hamlet* de Shakespeare: “He was a man, take him for all in all;/I shall not look upon his like again”!<sup>29</sup>

Ora, em termos estéticos, é crucial notar que o surgimento de Álvaro de Campos no lugar onde Alberto Caeiro havia desaparecido em 1914 conduziu, segundo Eduardo Lourenço, ao facto de, “em 1915 e 1916, o que chocou foi a histerização do grito”<sup>30</sup>. Esta exasperação máxima atingirá o rubro a meio da *Ode Marítima*, inserta no *Portugal Futurista* em Novembro de 1917, começando o “volante” depois girar nove vezes a perder força de vez: “O volante dentro de mim pára/.../E o

---

<sup>28</sup> Nolte, E., *La guerra civil europea, 1917–1945* [1987], trad. Espanhola, Fondo de Cultura, México, 1994.

<sup>29</sup> Cabral, M. V., *The aesthetics of nationalism...*

<sup>30</sup> Lourenço, E., *op. cit.*, p. 177.

giro lento do guindaste que, como um compasso que gira, traça um semi-círculo de não sei que emoção/.../no silêncio comovido da minha alma”!

Em compensação, pouco tempo depois, quando Pessoa recorda, em 1920, o lugar deixado vazio por Sidónio, essa histerização cede o passo perante uma nova retórica que já existia mas, daí para frente, será cada vez mais passadista e menos futurista, com o imaginário dominado por uma simbólica obscura, sebastianística, na mira de um “interregno” em direcção ao “Quinto Império”... Muito mais tarde, em 1931, o próprio Pessoa pretenderá reconstruir as suas paixões políticas, declarando: “Pasma hoje, com vergonha inútil (e por isso injusta) de quanto admirei a democracia e nela cri, de quanto julguei que valia a pena fazer um esforço para bem da entidade inexistente chamada “povo” ”.<sup>31</sup>

No plano auto-poiético do movimento artístico<sup>32</sup>, é como se o “volante” da *Ode Marítima* invertesse de vez a velocidade que ainda impulsionava *A Passagem das Horas*<sup>33</sup> para ser substituído pelas metáforas encontradas num nevoento passado mítico... Fosse como fosse, em democracia ou em ditadura, à esquerda como à direita, desde meados dos anos vinte que o vanguardismo estético cederá — com todas as excepções e resistências que se quiser, mas cederá — àquilo que foi genericamente chamado “o regresso à ordem”<sup>34</sup>, desde a Península Ibérica aos confins da Rússia soviética.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 15 DE ABRIL DE 2015)

---

<sup>31</sup> Pessoa, F., carta a Gaspar Simões, *op. cit.*, p. 93.

<sup>32</sup> Luhmann, N., *Art as a social system*, Stanford University Press, 2000, p. 236, por exemplo.

<sup>33</sup> Versão de Junho de 1916, in M.<sup>a</sup> Aliete Galhoz (org.), F. P., *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1960, pp. 300-313.

<sup>34</sup> A inspiração para essa expressão dever-se-á ao manifesto de Jean Cocteau, *Le rappel à l'ordre*, 1926.

\* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.